

Governo planeja recorrer contra CPI, mas teme a opinião pública

Ricardo Amaral
De Brasília

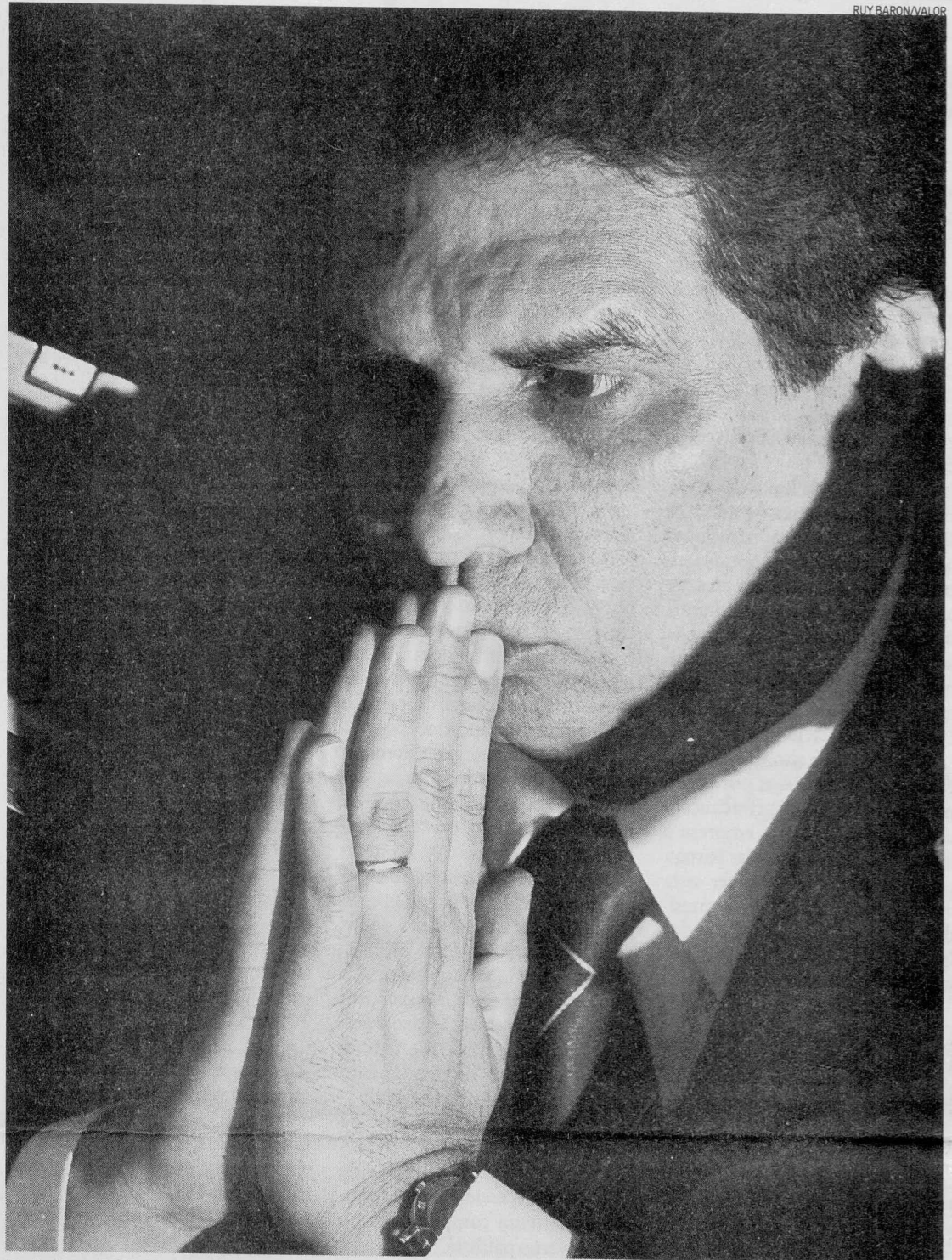
RUY BARON/VALOR

O presidente Fernando Henrique Cardoso planeja recorrer à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, para tentar barrar a criação da CPI da Corrupção, que já alcançou o número necessário de assinaturas de senadores (27) e deputados (171). Mesmo avaliando que a CPI, com 19 objetos de investigação, é inconstitucional, o governo sabe que a decisão sobre o assunto é política, com influência da opinião pública. O governo também considera impossível um acordo, como propõem setores da oposição, para limitar a investigação aos desvios na Sudam e na Sudene, além do Proer.

A CPI não é a única preocupação do governo. FHC torce para que o Senado venha a punir, com a cassação do mandato, os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido, DF), acusados de violar o voto secreto na sessão que cassou o ex-senador Luiz Estevão. Para FHC, a indulgência dos senadores levaria ao descrédito, não apenas do Senado, mas de todas as instituições republicanas. O presidente difundiu sua análise para interlocutores políticos e também militares.

O pior dos cenários para o governo, a um ano e meio da sucessão, seria o descrédito causado pela absolvição dos fraudadores do painel e o abafamento da CPI por meio de uma negociação política, impossível de ser dissimulada. No recurso à CCJ, o governo ainda procura uma saída jurídica para a indesejável CPI. Mas calcula que, mesmo assim, o preço político para conter a investigação seria alto demais.

A alternativa seria controlar a CPI, indicando deputados e senadores leais para sua composição. PMDB, PSDB e PFL, juntos, controlariam mais de dois terços das 22 cadeiras de uma comissão mista. A situação no Senado, no entanto, impede que essa estratégia seja discutida agora. O PMDB, que teria direito a indicar um senador para relatar a CPI mista, espera um sinal de confiança do governo. A cúpula do partido ressentiu-se com declarações



Barbalho: o PMDB tem o direito de indicar o relator da CPI, mas o presidente do partido aguarda sinais do Planalto

do ministro tucano Pimenta da Veiga, segundo quem o Senado deveria punir, além de Arruda e Antonio Carlos, o presidente Jader Barbalho (PMDB-PA), próximo demais de gente investigada por fraudes na Sudam.

Jader e sua mulher, Marcia Zaluth Centeno, aguardam para hoje a resposta do interventor nomeado para a Sudam, José Cyrilo Diogo da Silva, a interpela-

ção judicial para confirmar, ou negar, que o ranário de Marcia desviou R\$ 9 milhões da autarquia. A insistência na acusação pode levar Jader ao rompimento com o superior de Cyrilo, ministro Fernando Bezerra, da Integração Nacional, em trânsito do PMDB para o PTB. A crise da Sudam está levando Jader a um enorme desgaste, tão grande que pode ser ele o próximo alvo de

um processo de cassação.

Fernando Henrique informou ao PMDB que edita, quarta-feira, medida provisória extinguindo Sudam e Sudene. A medida não é administrativa, é política. FH espera, com isso, reduzir a pressão sobre Jader e também sobre o governador do Ceará, Tasso Jereissati (PSDB), acusado pela CPI do Finor de ter empresas beneficiadas irregularmente na Sudene.